



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 120

**O CICLO DA ECONOMIA BRASILEIRA E AMAZÔNIA NA DINÂMICA  
REGIONAL CENTRO - PERIFERIA**

**David Ferreira Carvalho**

**Belém, Maio de 1999**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

### **Vice-reitor**

Telma de Carvalho Lobo

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Marília Emmi

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Índio Campos

Marília Emmi

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 120

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# O CICLO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A AMAZÔNIA NA DINÂMICA REGIONAL CENTRO - PERIFERIA

---

*David Ferreira Carvalho<sup>1</sup>*

## **Resumo:**

Este ensaio foi organizado em cinco seções básicas: na primeira, apresenta –se as estratégias de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado Nacional na busca de reduzir as desigualdades regionais; na segunda, destaca –se as conseqüências da integração nacional da Amazônia na polarização centro – periferia; na terceira, discute se os determinantes da dinâmica da economia regional no espaço nacional no sentido da concentração versus desconcentração; na quarta, analisa – se, a partir dos ciclos da economia brasileira, a dinâmica econômica regional em seus movimentos de concentração e desconcentração nos últimos anos. Por fim, na quinta seção, discute – se, num contexto de globalização da economia mundial e de crise fiscal - financeira do Estado, as possibilidades de uma reconcentração em direção ao centro e as perspectivas da periferia nos anos 90.

**Palavras-chave:** Ciclo da economia brasileira. Amazônia. Dinâmica regional.

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia, professor – pesquisador do NAEA/UFPA.

## Introdução

Depois da II Guerra Mundial, com a tomada de consciência dos governos dos países centrais, pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a pobreza em escala mundial, as políticas nacionais de desenvolvimento econômico passaram a ser um instrumento fundamental à redução das desigualdades sócio - econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na América Latina, a doutrina cepalina tinha na industrialização periférica dos países latinos americanos, pela via da substituição de importação, a estratégia viável à superação da dependência tecnológico e financeira das economias nacionais do continente[ (Preblich, 1968); (Sunkel & Paz, 1974); Tavares (1976); Furtado (1977); Rodrigues (1981)].

No caso da economia brasileira, entre os anos 30 e 70, sob o comando do Estado Estruturante, e com a participação do capital estrangeiro e do capital nacional, o país implementou um amplo projeto nacional de desenvolvimento que acabou culminando na consolidação de um dinâmico parque industrial e de uma agricultura e agroindústria modernas. Nesse longo período, entretanto, o processo de industrialização brasileiro não se fez acompanhar de uma política de distribuição de renda e da riqueza, de uma política de desenvolvimento científico - tecnológico, de uma política de reforma agrária e de uma ampla política educacional em todos os níveis do ensino. Na ausência desses fundamentos estratégicos, acabou - se configurando um padrão de desenvolvimento capitalista tardio e associado - dependente[ (Mello, 1982, p.89-98); Tavares (1986, p.100-102)].

Como resultado, não foi possível superar os problemas regionais, sobretudo em suas dimensões econômica e social, como alguns esperavam que a industrialização pudesse realizar em todo espaço regional do território nacional. Na verdade, o desenvolvimento industrial significou mais uma diversificação da estrutura produtiva brasileira com todas as suas implicações de natureza econômica, social, política e cultural. No entanto, é importante frisar, essa diversificação setorial não resultou nem numa real redução da dependência externa - tanto financeira quanto tecnológica – e nem num longo período de crescimento econômico auto – sustentado, com estabilidade e distribuição de renda.

Neste trabalho pretende – se discutir o “desenvolvimento regional no espaço nacional”, a partir do ambiente histórico - institucional marcado pelo ideário neo - liberal favorável a abertura comercial do país para o exterior, como resultado da globalização em curso, com vista a enfatizar a nova dinâmica da concentração versus desconcentração do recente desenvolvimento regional brasileiro.

Para isso, além desta introdução e da conclusão, este ensaio foi organizado em cinco seções básicas: na primeira, apresenta –se as estratégias de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado Nacional na busca de reduzir as desigualdades regionais; na segunda, destaca –se as

conseqüências da integração nacional da Amazônia na polarização centro – periferia; na terceira, discute se os determinantes da dinâmica da economia regional no espaço nacional no sentido da concentração versus desconcentração; na quarta, analisa – se, a partir dos ciclos da economia brasileira, a dinâmica econômica regional em seus movimentos de concentração e desconcentração nos últimos anos. Por fim, na quinta seção, discute – se, num contexto de globalização da economia mundial e de crise fiscal - financeira do Estado, as possibilidades de uma reconcentração em direção ao centro e as perspectivas da periferia nos anos 90.

## **1. Estado e o Desenvolvimento Regional do Nordeste e da Amazônia**

Para interpretação da “questão regional” e formulação da “política regional” duas foram as influências teóricas: o paradigma da “ciência regional” e o paradigma “cepalino”. No caso da “ciência regional”, as formulações teóricas desta “escola neoclássica regional” eram inadequadas para explicar a contento a problemática regional brasileira com toda a sua complexidade sócio – econômica.<sup>2</sup> Quanto a escola cepalina, embora com maior poder de influência acadêmica à época, a concepção do conceito centro – periferia, usado formalmente para explicar a posição de dependência entre Estados– Nações, não se adequava plenamente para explicar os problemas econômicos entre regiões de um mesmo país continental como o Brasil, como moeda única, onde não há fronteiras formais à prática de políticas protecionistas de natureza cambial e tarifária, exceto as dos incentivos fiscais.<sup>3</sup>

### **1.1. A Estratégia do GTDN e o Desenvolvimento do Nordeste**

Nos anos 60, a “Questão Regional do Nordeste” teve no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (**GTDN**), liderado por Celso Furtado, a formulação de um amplo diagnóstico e uma visão integrada de uma Política Regional de desenvolvimento para o Nordeste que programava uma industrialização substitutiva de importações, uma reorganização agrária e um projeto de colonização dirigida na fronteira do Maranhão e Goiás. Em recente entrevista a Revista Econômica do Nordeste (REN), Celso Furtado revela que o “Plano de Desenvolvimento do Nordeste” foi um trabalho elaborado por ele mesmo para subsidiar a dimensão regional do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek – embora, para prestigiar o Grupo de Trabalho que Coordenava, tivesse optado por publicar seu trabalho com o nome de **GTDN** (Furtado, 1997, p.378).

Apesar da importância estratégica do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que acabou propiciando a criação da SUDENE, pode-se identificar uma certa idealização estratégica na proposta de Furtado ao propor uma política de industrialização, orientada à substituição regional de

---

<sup>2</sup> Uma crítica contundente as teorias da ciência regional pode ser encontrada em Holland (1976).

<sup>3</sup> Ver os comentários críticos do uso da teoria da Cepal para análise regional em Cano (1985)

importações, visando criar na região nordestina um processo autônomo de industrialização regional. Na verdade, a essa altura, a industrialização da economia brasileira estava na sua fase mais avançada – a da **industrialização pesada** – e portanto, a despeito dos incentivos fiscais regionais, não teria mais sentido “planos” para uma **industrialização autônoma** em qualquer região do país (Cano, 1985, p.235).

Por isso Furtado (1997), ao tentar transpor sem mediação os fundamentos da política industrial cepalina de substituição de importações de âmbito nacional - onde as políticas econômicas protecionistas, cambiais e tarifárias, atuam como “barreiras à entrada” dos produtos estrangeiros concorrentes da indústria nascente nacional – para o âmbito regional – onde não existem fronteiras para a prática de políticas protecionistas a não ser as já conhecidas políticas de incentivos fiscais compensatórias de atração de investimentos privados – esqueceu-se de que o processo de industrialização nacional, no seu estágio tecnológico mais avançado de implantação do departamento produtor de bens de capital, já tinha definido historicamente a sua opção territorial pelo “centro” da economia nacional – o Estado de São Paulo.

A partir daí, a **industrialização regional** na “periferia” do território nacional passaria a ser um desdobramento da **industrialização nacional** cuja dinâmica passou a ser dada pela convergência ou não de interesses entre o mercado nacional e o Estado nacional num nítido processo de integração nacional dos mercados regionais. Não obstante, apesar das condições históricas terem determinado o atraso estrutural das regiões periféricas, sobretudo pelas dificuldades que enfrentaram para superar a escravidão e viabilizar a reforma agrária, isso não significa que os Estados subnacionais da periferia não possam tomar determinadas “Iniciativas Pró - Desenvolvimento Regional” como recentemente vêm fazendo os Estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. O que não se pode aceitar é que estas “iniciativas subnacionais” possam servir de referência para se derivar uma estratégia de desenvolvimento nacional. De fato, atração de investimentos privados entre os Estados subnacionais com base numa guerra fiscal, via os incentivos fiscais, além de perder de vista a articulação dos interesses federativos em torno de um **Projeto Nacional**, irá fragilizar no médio e longo prazos a capacidade de investimento do setor público.

Ademais, e aqui cabe frisar, estas “iniciativas regionais” estão condicionadas não só a história herdada de cada região, como ao padrão nacional de acumulação do capital industrial que, sob o comando do principal centro capitalista do país (São Paulo), ainda vem promovendo um amplo processo de **integração do mercado nacional** - isto é, do mercado de bens e serviços, do mercado de trabalho, do mercado de recursos naturais e do mercado financeiro – na forma de uma certa **complementariedade interregional** ajustada às determinações da lógica de acumulação do capital industrial e financeiro do “centro” dominante.

Nessa **industrialização regional**, enquanto um amplo processo nacional de integração setorial no espaço econômico regional, o Estado vem abrindo alternativas para acelerar essa complementariedade interregional atuando às vezes “com o mercado” e em outras por “cima do mercado”. Por isso, o planejamento nacional e o planejamento regional, integrados ou não num Projeto Nacional de Desenvolvimento, apresentam - se como se fossem níveis hierárquicos subordinados do planejamento setorial e sem a necessária articulação com a complexa dinâmica regional (Guimarães Neto, 1996, p.163 - 178).

Isso acontece porque os interesses regionais dos blocos históricos agrários e urbanos, localizados nos territórios dos Estados subnacionais do país, podem se manifestar na forma de concorrência potencial ou efetiva - seja através das pressões políticas, seja através dos movimentos separatistas ou seja ainda pela via das guerras fiscais - o que acaba determinando a intervenção do Estado Nacional na **Questão Regional**.

## 1.2. A Estratégia da “Invenção da Amazônia” e o Desenvolvimento da Amazônia

A partir dos anos 60, para reduzir o conflito entre os atores políticos, sobretudo entre a União e os Estados federados, substituiu - se a estratégia da “política de desenvolvimento regional” pela da “política nacional de desenvolvimento regional”. Neste particular, outra não foi a intenção de Armando Mendes, no seu livro a “Invenção da Amazônia (IAMA)”, quando tentou contribuir à formulação de uma “política nacional de desenvolvimento regional” para o II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974 – 1979 (IIPND) do governo Geisel.<sup>4</sup> Neste sentido, pode -se dizer que a “Invenção da Amazônia” é muito mais uma proposta alternativa para se pensar uma Estratégia de Desenvolvimento à Amazônia do que um diagnóstico clássico identificador de problemas econômicos ou mesmo de um Plano, programa ou projeto de desenvolvimento regional (Mendes, 1974, p.11-13)

Numa perspectiva multidisciplinar, dirigida para integrar as várias dimensões da “ciência regional”, Mendes (1974, p 23-27) identifica o enigma amazônico como sendo produto da perplexidade do Estado - Nação perante o grande desafio da Amazônia – entendido este como uma premente necessidade de realizar investimentos na criação de uma avançada base tecnocientífica que, respeitando os tênues limites ecológicos dessa complexa biodiversidade tropical, pudesse viabilizar efetivamente o aproveitamento das potencialidades sócioeconômicas da região – e da real possibilidade da contribuição da Amazônia – no sentido de uma compensação interativa entre o Estado Nacional e os Estados subnacionais que compõem a região Amazônica – capaz de configurar no plano

---

<sup>4</sup> O livro **A Invenção da Amazônia**, de autoria do Prof. Armando Mendes, embora tenha também sido escrito substancialmente pelo professor, tem a reconhecida co-autoria de três dos seus alunos do FIPAM.

institucional uma nova política nacional de desenvolvimento regional que pudesse reconhecer as sinergias positivas entre desenvolvimento sócio-econômico nacional e o regional em toda a sua complementariedade e integração interregional próprias de um verdadeiro sistema federativo.

Não obstante essa importante contribuição, e mesmo percebendo o processo evolutivo através das fases de revelação, invenção e inovação a la Schumpeter, “A invenção da Amazônia” como também os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – os PDAs” da SUDAM – não conseguiram captar o “por quê” do atraso histórico a que ficou submetido a Amazônia no contexto do desenvolvimento capitalista tardio e periférico brasileiro. De fato, os responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia cometeram os mesmos equívocos que os do Nordeste, ao idealizarem um conjunto de políticas de industrialização regional autônomas como uma saída para seu atraso, com o agravante de que os enclaves industriais implantados na Amazônia não geraram os efeitos internalizantes em termos de linkages de renda e de emprego[Cano, 1985, cap. III e V]; (Costa, 1979, p.37-88);Carvalho (1985, cap.3 e 4)].

Neste sentido, pode - se dizer que, entre os anos 60 e 70, as políticas governamentais voltaram – se mais para incentivar o processo de Ocupação Produtiva da Amazônia do que para a superação dos problemas de pobreza do subdesenvolvimento, como tentou se no caso do Nordeste. Nesse período, além da reengenharia institucional conhecida como Operação Amazônia<sup>5</sup>, a estratégia posta em prática pelo governo federal à época, constante dos Planos de Desenvolvimento Regional (os PDA’s), foi orientada mais para uma nova Política Regional de Integração - Ocupação da Amazônia com o resto da economia nacional (Carvalho (1994, p.427-429).

Para isso, foi importante o Programa de Integração Nacional (PIN), responsável pela criação da infraestrutura básica de transporte, energia e telecomunicações, o Projeto RADAM (Radar da Amazônia), encarregado do inventário sistemático dos minerais, dos solos e da cobertura vegetal da Amazônia, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), que objetivava promover o acesso a terra por intermédio da reforma agrária e da

---

<sup>5</sup> A “Operação Amazônia”, levado a cabo pelo governo militar nos anos 60, envolveu uma reengenharia institucional que resultou na transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S.A (BASA), na substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).Além disso, o governo militar criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para dentre outras funções administrar o distrito industrial da ZFM, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para tratar da política de colonização agrícola baseada na migração interna de populações que emigravam de outras regiões do país para a Amazônia.



colonização da agrícola e de estímulo à agroindústria regional; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), dirigido fundamentalmente para os espaços vazios da Amazônia Legal visando integra-los aos projetos setoriais de desenvolvimento das áreas prioritárias do IIPDA através da utilização do sistema viário de transporte recém – implantado, a implantação do Complexo Mineró – Metalúrgico da Amazônia Oriental e, por fim, o próprio Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) que passou a viabilizar a política de incentivos fiscais de apoiou aos projetos privados dos setores produtivos industrial, agropecuário, agroindustrial, mínero – metalúrgico, florestal e madeireiro [(Mahar, 1978, cap. 1 e 4); (Albuquerque & Cavalcanti, 1978, p. 91 – 105); (Carvalho, 1987, cap.3 e 4)].

## **2. A Integração do Mercado Nacional e a Dinâmica das Mudanças Regionais**

Não se pode analisar a dinâmica regional da economia brasileira, a partir da expansão espacial da indústria e da agricultura, sem buscar as raízes da configuração do espaço econômico na história da economia regional, em particular nos ciclos econômicos do modelo primário – exportador e do modelo de substituição de importações. Embora este tema tenha sido bastante explorado nos trabalhos de história da economia regional, vale a pena destacar alguns aspectos que interessam a este ensaio.

### **2.1. Integração Comercial e o Espaço Econômico Regional**

A tomada de “consciência“ da sociedade brasileira sobre a “questão regional” no Brasil, numa perspectiva nacional, tem como ponto de partida, sobretudo, a decadência da economia açucareira nordestina e da economia da borracha amazônica. De fato, o declínio dessas economias regionais contribuiu para que os problemas sociais latentes dessas regiões passassem a se manifestar na forma de desemprego rural de grandes contingentes populacionais que, sem alternativa de uma ocupação produtiva através de ampla reforma agrária, acabaram dando origem aos fluxos de migração interna que se dirigiram para os grandes centros urbanos do Sudeste (sobretudo para São Paulo) e para o interior e centros urbanos da Amazônia[(Furtado, 1977, cap.XI); Guimarães Neto (1986, p.25-27)].

Do ponto de vista espacial, pode –se dizer que até os anos 30 a economia nacional era frouxamente constituída por um arquipélago de economias regionais – o complexo cafeeiro paulista, o complexo açucareiro nordestino, o complexo da economia mineira, o complexo agroextrativo da economia amazônica, o complexo pecuário da economia pantaneira do centro – oeste e o complexo agropecuário da economia sulista – que mantinha relações comerciais muito mais fortes com o exterior do que internamente. De fato, para se ter uma idéia, a malha ferroviária de transporte, por exemplo, restringia – se a ligação dos principais centros produtores agrícolas e extrativos das economias regionais ao sistema portuário - exportador de commodities para o mercado externo.

Esses mercados regionais precisavam ser integrados num mercado nacional. Para isso, além de uma rede de transporte que ligasse as regiões isoladas, era necessário tanto a eliminação das barreiras existentes à livre movimentação dos produtos entre as economias regionais, quanto o aumento do grau de interdependência regional através da criação das relações de complementaridade econômica e comercial de âmbito interregional, porém sob as determinações do pólo dinâmico da economia.

Com a crise de 1929, a concorrência capitalista interregional é intensificada com nítida vantagem para a economia regional paulista, que tinha montado no período anterior uma moderna indústria produtora de bens de consumo não duráveis, cujos produtos se mostram comercialmente mais competitivos dentro dos próprios mercados das demais economias regionais do país.<sup>6</sup> Isto foi possível não só porque São Paulo já concentrava o mais diversificado parque industrial do Brasil, como porque as demais estruturas regionais atrasaram - se no sentido da modernização da base industrial e agrícola de suas economias (Cano, 1985, p. 186 – 187).

Com isso, do estado de relativo isolamento das “ilhas econômicas regionais”, emerge, no ciclo da industrialização restringida que vai dos anos 30 até meados dos anos 50, uma nova dinâmica regional centrada numa articulação comercial interregional do que resultou a formação de um mercado interno nacional de bens e serviços, sob o comando do capital mercantil.<sup>7</sup> Essa integração comercial interregional do espaço nacional, que se manifesta com o aumento do fluxo interregional do comércio de mercadorias e a quebra das barreiras à entrada naturais das regiões da periferia, acaba sancionando a liderança da moderna indústria paulista de bens de consumo assalariado.

Nestas condições, o elevado poder de competitividade interregional da indústria paulista, sobretudo a partir da melhoria da infraestrutura viária, da expansão e modernização do sistema de transporte rodoviário e da ruptura das barreiras fiscais interestaduais que funcionavam como “barreiras à entrada” aos produtos extra – regionais, acabou tendo efeitos destrutivos sobre a indústria de bens de consumo popular da periferia regional, em particular no Norte e Nordeste. Mesmo assim,

---

<sup>6</sup> Na verdade, a essa altura, São Paulo já possuía o mais concentrado e diversificado parque industrial do país.

<sup>7</sup> Entre 1930 a 1960, grosso modo, tem início o processo de integração do mercado nacional de bens e serviços sob a liderança do capital industrial sediado em São Paulo. Neste longo período, as principais mudanças que facilitam a concorrência dos produtos da indústria paulista com os da periferia, sobretudo no Norte e Nordeste, foram o fim dos impostos interestaduais, a abertura de grandes rodovias ligando o Sudeste e o Centro - Oeste ao Norte e ao Nordeste do país e a melhoria do sistema de transportes rodoviários.

alguns setores da periferia reagiram a forte concorrência dos bens da indústria paulista reproduzindo estruturas econômicas com vantagens competitivas nos mercados locais.<sup>8</sup>

## 2.2. Integração Produtiva e o Espaço Econômico Regional

A partir dos anos 50, no ciclo da industrialização pesada, tem início uma nova dinâmica regional centrada na mobilidade espacial do capital industrial que passa a deslocar - se do centro dinâmico urbano - industrial da economia nacional às regiões da periferia rural – agrícola através de vários setores econômicos industriais e agrícolas. Com isso tem início uma expansão territorial do capital industrial no espaço nacional - no sentido do centro dominante em direção a periferia regional – que ficou sendo conhecido como integração produtiva interregional do espaço nacional.

Na verdade, este processo de integração regional mais do que significar o momento da criação e unificação nacional dos mercados capitalistas, – mercado de bens e serviços, mercado de recursos e o mercado de trabalho – redesenhou no espaço econômico nacional uma nova divisão interregional do trabalho através de um amplo processo de homogeneização das relações sociais de produção sob o comando do capital industrial – que ocorreu tanto pela destruição de estruturas produtivas fundadas em relações sociais não – capitalistas, quanto pela da subordinação de estruturas não - capitalistas à lógica da acumulação do capital industrial situado no pólo dominante da economia nacional – que passou a transformar a base produtiva de uma periferia regional com distintos graus de desenvolvimento das suas forças produtivas (Oliveira, 1977). Dito de outra forma, o processo histórico de destruição criadora de estruturas setoriais, como consequência da forte concorrência capitalista ativada pelas inovações tecnológicas da segunda revolução industrial, projetou também os seus efeitos destrutivos - criativos nas estruturas regionais do país que se manifestaram na decadência e estagnação de “velhas regiões” e na emergência e expansão de “novas regiões” sob o comando do capital industrial.

Nestas condições, a industrialização concentrando-se territorialmente no pólo dinâmico da economia nacional, a partir do complexo cafeeiro paulista, acabou acentuando as disparidades sócio -

---

<sup>8</sup> É preciso frisar que as economias periféricas não cafeeiras, prejudicadas com a queda das suas exportações para o mercado externo em face da crise de 1929, acabam se beneficiando com a integração comercial na medida em que retomam o crescimento econômico via o aumento das suas exportações para o mercado interno. De fato, a integração das economias regionais, com vista a estruturação de um mercado nacional sem barreiras protecionistas, não significava que a economia paulista pudesse ganhar na competição de todos os seus produtos. Na verdade, para todas economias regionais, participar de um mercado nacional aberto significava também abrir espaço para o mercado regional de modo que a integração acabava gestando efeitos de estímulos, de inibição e de destruição (Cano, 1985, p.190 – 195).

econômicas do “centro” frente a “periferia”, sobretudo a partir dos anos 50. O problema regional, captado empiricamente pela distribuição assimétrica da renda interregional, foi agravado tanto pela incapacidade da elite dominante de levar adiante uma negociação política visando encontrar uma solução para a reforma agrária, que pudesse configurar um padrão de desenvolvimento nacional da agricultura regional com distribuição da renda e da terra, quanto pelos baixos níveis de investimentos em educação e em ciência e tecnologia.

Neste ambiente histórico, a percepção sócio - política da “questão regional” por parte do Estado Nacional passou a ser diagnosticada mais pela necessidade da superação do “subdesenvolvimento da periferia regional” pela via de uma específica industrialização autônoma regional, através do mecanismo de substituição de importação, do que pelo enfrentamento dos problemas sócio – econômicos estruturais das regiões periféricas, sobretudo aqueles ligados a questão fundiária.<sup>9</sup>

Neste sentido, a “questão regional” no Brasil entra com destaque para agenda política do Estado, enquanto um problema de dimensão nacional, e portanto merecedor de uma ação efetiva por parte do governo federal, em fins da década de 50 (Cano, 1977, p.11-15). De fato, até então a “questão regional” estava circunscrita aos populistas discursos políticos das “vozes da periferia” e as medidas pontuais de combate às secas do Nordeste e de apoio institucional ao avanço das frentes agroextrativas dos seringais da Amazônia[(Cano, 1977, p.87-105); (Castro, 1975, p.15 – 41); Santos (1980, p.87 – 96); Furtado (1976, p.129 – 135)].

No entanto, na medida em que os processos de industrialização e urbanização do país passaram a incorporar parcela significativa do excedente social que migrou da região norte e nordeste para o sudeste, sobretudo nos anos 50 e 60, este fato contribuiu para despertar o interesse nacional pela “questão regional” do Nordeste e da Amazônia dada a preocupação do governo federal com o

---

<sup>9</sup> Embora não caiba aqui discorrer, é preciso lembrar que a “questão regional” no Brasil tem suas origens na própria história da formação sócio-econômica brasileira. De fato, a especificidade histórica do processo de constituição do capitalismo tardio brasileiro carregou como herança histórica o “regionalismo” - enquanto um problema sócio - político e sócio-econômico da história do federalismo nacional - cuja visibilidade tem se manifestado seja na forma dos “movimentos separatistas”, seja nos acirrados debates no Congresso, seja ainda através da rica produção literária dos escritores regionais. No entanto, desde do final do século XIX até os dias de hoje, a “questão regional” tem assumido uma dimensão nacional sempre que Estado tem que enfrentar o “Problema das Secas do Nordeste” ou o “Problema da Ocupação e Integração da Amazônia”

crescimento do fluxo de migração interna dessas macrorregiões para os grandes centros urbanos do Sudeste e com o aumento da violência social no campo e na cidade.<sup>10</sup>

Nos anos 50 e 60, o rápido crescimento industrial e urbano da região sudeste, além da intensa modernização da sua agricultura, contribuíram para ampliar as desigualdades inter – regionais - medida pela assimetria em termos de renda per capita - cujos dados da contabilidade nacional passaram a confirmar as diferenças entre os níveis e taxas de crescimento do centro dinâmico, sobretudo São Paulo, quando comparados com os das demais regiões periféricas, em particular do Nordeste e da Amazônia.

A partir daí, as fortes pressões políticas no Congresso dos representantes das regiões periféricas, sobretudo das regiões do Norte e Nordeste, forçaram a institucionalização da “questão regional” através da constituição de um aparato legislativo e da criação das agências de planejamento regional e dos bancos de financiamento do desenvolvimento regional.<sup>11</sup> Neste contexto institucional, sobretudo nos anos 60 e 70, o governo central passou a assumir as políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia e para o Nordeste - inspiradas respectivamente nas experiências dos EUA (Tennessee Valley Authority) e da Europa (Cassa per IL Mezzogiorno) – como estratégia para superar as desigualdades inter – regionais do país.

### 2.3.A Inserção da Amazônia na Política de Desconcentração Regional

Com o IIPND, o esforço de integração nacional adquire uma nova conotação na medida em que busca internalizar o desenvolvimento agropecuário e industrial , baseado em grandes projetos agropecuários, industriais e energéticos, pela via da incorporação produtiva dos recursos da fronteira amazônica. Esta diretiva era indicativa de uma nova política nacional de desconcentração industrial a partir da região metropolitana da grande São Paulo. De fato, a estratégia de desenvolvimento regional mediante a desconcentração industrial tinha duas razões:

- a primeira, de natureza geoeconômica, visava criar múltiplos pólos industriais e agropecuários para induzir um “equilíbrio econômico” no sudeste entre a metrópole do Estado de São Paulo e a

---

<sup>10</sup> Ver a abordagem histórica do processo de migração - urbanização das cidades brasileiras em Cano (1986).

<sup>11</sup> Dentre as principais instituições criadas para planejar o desenvolvimento regional merecem destaque: No Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959);Na Amazônia, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953), posteriormente transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966) e o Banco da Amazônia S.A (1996) que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia (BCA).

periferia mais próxima, sobretudo o próprio interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, Paraná e Espírito Santo;

- a segunda, de natureza geopolítica, buscava reduzir o peso político do Estado de São Paulo dirigindo a indústria pesada de insumos básicos para a periferia mais distante onde estão os Estados do Sul, do Norte e do Nordeste.

No caso da Amazônia, diferentemente do Nordeste, a indústria regional incentivada sofreu a concorrência por incentivos fiscais da agropecuária. Nesta, o móvel principal do uso do crédito fiscal, além do aporte às atividades produtivas, girou em torno da compra e venda de terras para fins especulativos do que resultou o aumento da violência pela posse da terra. De qualquer modo, além do baixo grau de internalização da renda e do emprego regional, a “industrialização” da Amazônia não gerou os efeitos de linkages capazes de criar as condições tecnoindustriais para o enraizamento de uma verdadeira indústria regional complementar ao parque industrial nacional.

Na Amazônia, os efeitos germinativos da indústria substitutiva de importações foram frágeis em termos de renda e emprego. Quanto a indústria de enclave de exportação, a exemplo do complexo mineiro – metalúrgico – esta não promoveu as ligações para trás – pois lida com produtos primários – e nem as ligações para frente – já que destina parcela significativa da produção primária para a exportação. No caso da indústria de enclave de importação, a exemplo do complexo eletro – eletrônico da Zona Franca de Manaus, tampouco tem – se notado uma integração desta indústria com o resto da economia regional de forma a gerar os efeitos encadeadores (Carvalho, 1989, p.16 17).

A estratégia de desenvolvimento regional para a Amazônia, sobretudo nos anos 70, fundamentou – se na teoria das vantagens comparativas que certos setores e produtos supostamente teriam em relação a outras regiões econômicas do país. A expectativa do “planejadores de Brasília” era de que a Amazônia pudesse tirar o máximo proveito de suas potencialidades econômicas e locais de modo a multiplicar a renda interna e o emprego dos residentes na região e ainda gerar as divisas necessárias ao pagamento dos juros da dívida externa do país. Neste ponto residiria algum tipo de convergência dos interesses econômicos, do âmbito nacional com o regional, na medida em que se acreditava que a intensificação dos fluxos do comércio intra e inter – regional, além do internacional, pudesse assegurar um processo de desenvolvimento regional auto – sustentado e integrado ao resto do país.

A concepção dessa estratégia de desenvolvimento para Amazônia foi formalizada num “modelo de crescimento desequilibrado corrigido”<sup>12</sup> Dada a fragilidade desse modelo econômico adotado pela SUDAM, tornava – se necessário empreender certas medidas corretivas visando:

---

<sup>12</sup> O significado de “desequilibrado” dizia respeito apenas a prioridade que teriam determinados setores e produtos dotados de menor custo comparativo; e o termo “corrigido” servia para indicar

- a geração do máximo de efeito multiplicador dentro da região;
- a retenção de parcela significativa da renda gerada na região;
- a verticalização industrial e agroindustrial da região
- compensação das perdas através de transferência intergovernamentais; e
- exploração das atividades e produtos essencialmente regionais.

Essas características desse modelo de desenvolvimento para a Amazônia, que visava a otimização das vantagens comparativas macrolocacionais das atividades e produtos regionais, conduziram a necessidade de uma nova política de organização territorial do espaço econômico amazônico a partir de uma certa hierarquização das potencialidades econômicas dos produtos regionais em função da demanda dos mercados. Para tal, a nova política regional de integração – ocupação da Amazônia passou a ter as seguintes características:

- Espacialmente descontínua: significando dizer que a seleção das áreas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia seriam aquelas com melhores potencialidades e expectativas econômicas;
- Setorialmente seletiva: significando dizer os setores estratégicos selecionados para balizar o desenvolvimento da Amazônia seriam aqueles que melhor se adaptassem as distintas condições ecológicas das áreas selecionadas.

Apesar de pretender um desenvolvimento econômico centrado na concepção de “pólos de crescimento”, o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) não explicita em nenhum momento a base teórica que utiliza para definir os seus programa integrados de desenvolvimento (Carvalho, 1987, p.160 – 168). Na verdade, pode – se dizer que esse modelo de planejamento do desenvolvimento regional para a Amazônia tem dois graves problemas:

1. Em primeiro lugar, trata – se de um modelo de desenvolvimento regional que parte da teoria das vantagens comparativas aplicadas mais para o comércio exterior entre países do que para o comércio interior entre regiões de um mesmo país; e,
2. Em segundo lugar, deve – se assinalar que os fundamentos da teoria de polarização, que pressupõe a liderança de uma indústria motriz e de externalidades econômicas positivas, não combina com a estratégia de uma ocupação produtiva, com base na pecuária e na mineração, de espaços vazios e de mercados regionais de baixa densidade monetária em termos de poder de compra. Além disso, a velha teoria das vantagens comparativas, fundada na velha “teoria do livre comércio”, deixa de lado a deterioração das trocas desiguais da periferia em relação ao centro. Melhor seria, talvez, pensar as relações de troca interregional e internacional a partir da moderna “teoria do comércio

---

as medidas compensatórias que iriam neutralizar os efeitos de vazamento de renda para fora da região.

estratégico” que se baseia na melhoria da produtividade e da competitividade (Krugman, 1997, p.298 – 342).

### 3. A Dinâmica Regional da Concentração e Desconcentração Econômica

Desde dos trabalhos pioneiros de Myrdal (1958) e Hirschman (1958), sobre a questão do desenvolvimento econômico regional num dado país, que o problema da concentração versus desconcentração regional passou a ser objeto de pesquisa pelos economistas e geógrafos. Após vários estudos de natureza empírica, tentando conferir a manifestação dos efeitos de polarization (ou backwash effects) e trickling down (ou spread effects) dos fundadores da economia regional, chegava – se a conclusão de que o desenvolvimento econômico (eficiência) traria em si mesmo a solução para o problema da concentração da renda regional (equidade).<sup>13</sup> Neste sentido, Hirschman sugere que, para superar a lógica do mercado expressa pelo princípio da “causação circular e cumulativa” de Myrdal, que pode conduzir a um desenvolvimento econômico regional concentrado, só a ação do Estado Estruturante, através dos gastos públicos e dos incentivos fiscais, poderia neutralizar a tendência de um desenvolvimento regional concentrador da renda e do emprego.

Para isso, a idéia do desenvolvimento econômico polarizado, e as medidas de política econômica daí derivadas consideram que uma política de criação de pólos econômicos de dimensão complementar ao pólo dominante poderia gerar as economias externas e de aglomeração necessárias para atração de novos investimentos que poderia conduzir a um “equilíbrio” interregional no espaço econômico nacional. Richardson (1980, p.67), tomando como exemplo as experiências de desconcentração industrial do Japão e da Coréia do Sul, formula a idéia de que, num certo estágio histórico do desenvolvimento econômico de um dado país, tem início um processo de reversão da polarização que se reproduz a partir do “pólo central - dominante” para alguns “pólos regionais periféricos” num nítido processo de descentralização concentrada.

Nos anos 80, foram realizados alguns estudos empíricos tentando constatar a teoria da reversão da polarização no caso brasileiro[ (Townroe & Keen (1984); Redwood III (1985); (Azzoni (1986)]. No entanto, esses estudos quase sempre tentaram associar a teoria da polarização reversa com a existência das deseconomias de aglomeração dos grandes centros metropolitanos - resultante das pressões das populações urbanas e dos custos de deslocamento das múltiplas atividades econômicas vis – à – vis as economias de aglomeração emergentes em outros centros urbanos concorrentes.<sup>14</sup> Não

---

<sup>13</sup> Uma boa revisão da literatura sobre este tema pode ser vista em Azzoni (1986, p.15)

<sup>14</sup> Não porque não tenha havido, como no caso do Estado de São Paulo, aumento de custos de transporte, de poluição e de pressões sindicais na metrópole paulista, ou ainda que fatores de atração locais de outros centros urbanos não tivessem importância para a reestruturação



obstante, as explicações da teoria das economias e deseconomias de aglomeração são limitadas para explicar o recente processo de desconcentração regional no espaço econômico nacional[ (Carvalho (1989, p.17 ); Diniz & Lemos (1989, p.165); Pacheco (1996, p.127))].

De fato, para explicar a recente configuração produtiva que se manifesta no espaço interregional desse país continente chamado Brasil, é preciso ter em conta a história econômica herdada de cada região. Portanto, ao contrário do pensamento neoclássico da economia regional, que toma os fatores microlocacionais e de aglomeração como os únicos determinantes da formação do espaço econômico regional, pode – se pensar alternativamente a construção do espaço econômico nacional numa perspectiva teórica – histórica que considere a evolução do processo de integração do mercado interno, pela via da concorrência interregional, e papel da ação do Estado Nacional Estruturante através das suas políticas macroeconômicas e de desenvolvimento setorial e regional.

Neste ponto, algumas hipóteses assumidas por alguns estudiosos sobre a questão da recente desconcentração regional precisam ser reexaminadas à luz dos fatos. Para tal, algumas observações precisam ser consideradas:

1. Em primeiro lugar, aceita – se a hipótese de que a recente desconcentração econômica regional não significou uma definitiva reversão da polarização na medida em que a desconcentração espacial não deu origem a um novo centro econômico capaz de substituir São Paulo e redefinir novos vínculos com a periferia

Neste aspecto, a utilização da dicotomia regional entre economias de aglomeração e economias de desaglomeração, como um colorário dos conceitos marshalianos de economias externas e deseconomias externas, não se apresenta teoricamente capaz de explicar toda a complexidade da dinâmica da concentração - desconcentração – reconcentração do desenvolvimento da economia regional brasileira[ (Carvalho, 1989, p. 17- 22); (Pacheco, 1996, p.127)].

Na verdade, o recente processo de reconfiguração do espaço econômico nacional - regional não pode ser entendido sem a presença do Estado Nacional atuando, através das políticas macroeconômicas, de desenvolvimento setorial e de desenvolvimento regional, de forma a favorecer a **integração do mercado nacional** ainda que essa intervenção do Estado se fizesse às vezes por cima do mercado. De fato, não se pode compreender a nova dinâmica da concentração – desconcentração no espaço regional brasileiro, sem levar na devida conta o importante papel do Estado Estruturante que,

---

produtiva do processo de interiorização da indústria paulista. No entanto, neste caso, as deseconomias de aglomeração espacial têm apenas uma dimensão microlocacional no espaço intraregional, no sentido da metrópole para o interior paulista. Assim sendo, só as deseconomias de aglomeração da metrópole paulista não podem explicar a desconcentração macrolocacional no espaço interregional do país.

além dos investimentos diretos realizados pelas suas grandes empresas estatais e daqueles destinados à instalação da infraestrutura pesada de energia, transporte e telecomunicações, fez também uso das políticas cambial, tarifária, fiscal e creditícia e ainda dos incentivos fiscais e financeiros para moldar as condições do desenvolvimento econômico regional recente.

É claro que essas ações do Estado Nacional se fizeram a partir da história econômica das regiões do país que conformam hoje o espaço nacional, sobretudo do seu centro econômico (São Paulo) potencializador da acumulação do capital industrial, bem como das potencialidades e trajetórias de desenvolvimento e grau de urbanização de cada uma delas.

2. Em segundo lugar, admite – se a hipótese de que a recente desconcentração econômica regional a partir da metrópole paulista, apesar de alcançar a periferia em geral do país, foi mais intensa dentro do próprio Sudeste, sobretudo no Interior de São Paulo e Minas Gerais, e na periferia mais próxima, a exemplo do Paraná e Mato Grosso do Sul, do que na periferia mais distante, ou seja, o norte e o nordeste.

Nos anos 50 e 60, durante o plano de metas e o “milagre econômico”, a industrialização brasileira se deu de forma fortemente concentrada no Estado de São Paulo tendo a sua metrópole como centro polarizador. Com o IIPND, que pretendia transformar o Brasil numa potência econômica mundial, os investimentos públicos (das empresas estatais e governos) jogaram um papel estratégico ao segurar o crescimento econômico nos anos 70.

Esta sustentabilidade autônoma dos investimentos públicos foi possível, de um lado, devido a capacidade de auto - financiamento corrente baseada na administração dos preços e tarifas públicas das empresas estatais e, de outro lado, pela capacidade de endividamento das empresas públicas e também da União e dos demais governos subnacionais, junto aos mercados financeiros nacional e internacional, como decorrência da abundância de liquidez no mercado mundial. Além disso, deve – se frisar que a forte centralização dos recursos tributários pela União permitia ao governo central manobrar amplamente as várias fontes de receitas fiscais e parafiscais para continuar financiando os grandes projetos do IIPND.

Mas os investimentos públicos, mesmo quando estrategicamente bem programados, só conseguem manter um nível mínimo de crescimento econômico por um curto período de tempo. Porém, se além desse nível mínimo, os investimentos públicos conseguem propagar os seus efeitos multiplicadores ao setor privado, então a economia cresce a taxas positivas sustentáveis por um período de tempo maior. Nos anos 70, o bloco dos investimentos públicos do IIPND, além de ajudar a prorrogar o ritmo de crescimento do produto do período do “milagre econômico”, através da substituição de importações de bens de capital e de insumos básicos, contribuiu para o processo de desconcentração industrial e agropecuário do pólo dominante do país para outras regiões, a saber:

- Para o Norte: como consequência dos investimentos na expansão da agropecuária e da indústria incentivadas pela SUDAM, da criação do complexo eletro – eletrônico da Zona Franca de Manaus, do Complexo Mineró – Metalúrgico do Grande Carajás e do Complexo Ferroviário – Portuário do Itaqui;
  - Para o Nordeste: devido ao bloco de investimentos no Complexo Petroquímico de Camaçari (Bahia) e no Complexo Cloroquímico (Alagoas e Sergipe) e a expansão da indústria e agroindústria incentivadas;
  - Para o Centro – Oeste: como resultado dos investimentos na instalação de plantas agroindustriais e da expansão da fronteira agropecuária, sobretudo de Soja, Arroz e Gado de Corte;
  - Para o Sudeste: como efeito dos investimentos no Complexo Petroquímico de Paulínia, no Complexo Aeronáutico da Embraer em São José dos Campos e nas agroindústrias de exportação de Café, laranja, Carne, Soja e sucroalcooleira, em São Paulo; nas Indústrias siderúrgicas e de Papel e Celulose, em Minas Gerais, e no Complexo Petroquímico da Bacia de Campos e indústria naval, no Rio de Janeiro; e
  - Para o Sul: em face dos investimentos no Complexo Petroquímico de Triunfo, na indústria de Papel e Celulose e na Indústria de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, no Rio Grande do Sul, na indústria têxtil, em Santa Catarina, e na Agroindústria no Paraná.
3. Em terceiro lugar, a hipótese de que esta recente desconcentração regional tenha sido acompanhada de uma flagrante fragmentação da economia nacional merece ser repensada.

De fato, o processo de concentração e desconcentração regional sugere apenas que a dinâmica cíclica da economia nacional provoca mudanças na estrutura da economia regional que se manifestam numa nova divisão regional do trabalho. Mas, atenção, isso não significa uma “fragmentação da economia nacional”, como afirma Pacheco (1996, p.128), sobretudo porque, após a desconcentração regional dos anos 70 e 80, assiste –se nos anos 90 uma tendência de inflexão desse processo com a manifestação de uma tendência de “reconcentração poligonal” de determinadas infra-regiões do sul – sudeste do país[ (Diniz, 1995, p.418 – 420); Cano (1995, p.408); (Guimarães Neto (1995, p.390 – 394)].

É verdade que o desenvolvimento da indústria e da agricultura na periferia não apenas alterou a dimensão dos fluxos do comércio externo e interno, como transformou a base produtiva de diversas regiões do Brasil do que gerou uma “redução” das disparidades econômicas inter - regionais e uma maior diferenciação econômica do espaço nacional, em particular com a ampliação da heterogeneidade econômica intra – regional e a emergência de determinadas “economias regionais especializadas” em produzir para o mercado externo.

Para Pacheco (1996, p.130), esta “fragmentação do espaço econômico regional”, ocorrida sobretudo nos anos 80, seria o resultado da forte recessão econômica deste período, como

consequência da política econômica de contração da demanda interna, e do papel assumido pelas exportações para gerar as divisas necessárias ao pagamento dos juros e da amortização da dívida externa. No entanto, apesar das “especializações produtivas regionais” e da importância que ganharam as exportações brutas na dinâmica da economia brasileira nos anos 80, diga –se de passagem como resposta aos estímulos fiscais, creditícios e cambiais proporcionados pelo Estado, não se pode esquecer que o crescimento auto – sustentado da economia brasileira ainda depende do comportamento da demanda efetiva nos setores de bens de produção, de bens de consumo duráveis e não duráveis e também dos gastos do setor público. Ademais, não deve ser esquecido que, numa perspectiva macroeconômica, o que mais interessa são as exportações líquidas.

Na verdade, o padrão de acumulação de capital da economia brasileira, devido a sua dimensão geoeconômica continental e sua heterogênea estrutura produtiva setorial e regional, reproduz uma dinâmica cíclica endogenamente determinada pelos gastos de consumo e dos investimentos público e privado. Neste sentido, qualquer incremento do produto nacional decorrente das exportações líquidas ou de um aumento da renda real proporcionada pela queda da taxa de inflação, sem dúvida, traz de volta a liderança dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de produção como responsáveis pela dinâmica do crescimento da economia brasileira.

Assim, é nas condições de determinação de acumulação interna desses setores que se decide a dinâmica cíclica de crescimento econômico do país e também das regiões dado as relações de complementariedade setorial – regional, e não apenas com base na demanda externa. Isso não impede, é claro, que algumas estruturas econômicas regionais alterne o seu esforço de produção e vendas, em função da conjuntura, para o mercado doméstico ou para mercado internacional.

Por isso, receio ser precipitado se falar em processo de “fragmentação da economia nacional”, como afirma Pacheco (1996), pelo fato de algumas regiões especializadas na exportação de certas commodities virem tendo melhor inserção competitiva no mercado internacional ou ainda porque algumas subregiões estarem sendo beneficiadas com os investimentos privados (nacionais ou estrangeiros) resultantes da “guerra fiscal” entre os Estados subnacionais. Neste ponto concordo com Cano (1997, p.104) quando diz que ainda é muito prematuro se fazer tal afirmação na medida em que se percebe que os elos econômicos – territoriais entre o principal “núcleo” da acumulação econômica e financeira do país (São Paulo) e a “periferia” da economia brasileira ainda permanecem articulados.

Além disso, acrescentaria que uma “fragmentação econômica do espaço nacional” não só depende de uma desindustrialização da economia nacional capaz de operar uma regressão mercantil rumo a uma economia de base agrária, como as “especializações produtivas regionais”, tal como no passado, não representam ainda uma séria ameaça a ordem geopolítica do atual sistema federativo nacional (Affonso, 1995, p.58). Ademais, como já foi observado, a histórica diversidade regional da continental nação brasileira - de natureza demográfica, econômica, financeira, social, cultural e

ecológica - deve ser vista menos como um “problema regional” e mais como um “leque” de alternativas de “soluções regionais” para o desenvolvimento sócio – econômico do país ( Araújo, 1995, p.482).

Na verdade, pode –se dizer que a emergência de uma nova divisão regional do trabalho no espaço econômico nacional, que não necessariamente coincide com a geografia da divisão político – administrativa do IBGE, apenas aponta para um novo processo de organização do espaço econômico regional no território nacional, resultante das várias ações pretéritas do Estado e do mercado nacional, o qual vem se manifestando através de mutações econômicas no espaço inter e intraregional.

*Posto essas considerações, vejamos agora a dinâmica da economia regional a partir do comportamento cíclico da economia nacional.*

## **4. O Ciclo Econômico da Economia Brasileira e a Nova Dinâmica Regional**

É preciso antecipar antes de mais nada, que o atual padrão de acumulação do capital industrial na economia brasileira tem uma singularidade histórica decorrente da própria industrialização tardia e periférica do país. Não se pretende, neste ensaio, repassar em seus pormenores essa análise sobre as origens e a dinâmica do recente processo da industrialização brasileira.<sup>15</sup> Não obstante, para situar a linha de abordagem teórica – histórica em que o autor se move, se destacará alguns dos elementos da análise da dinâmica cíclica da economia brasileira com vista a recuperar os seus efeitos espaciais no processo de reestruturação produtiva da economia regional.

### **4.1.A Dinâmica Cíclica da Economia Brasileira**

De saída pode – se dizer que, com a industrialização pesada dos anos 50 e 70 - do que resultou a implantação de uma integrada estrutura industrial e agroindustrial com a forte presença dos setores produtores de bens de investimento (máquinas, equipamentos e insumos básicos), de bens de consumo de luxo e de bens de consumo popular - ficam constituídas integralmente as bases técnicas e econômicas de um novo padrão de acumulação industrial endógeno e autodeterminado pela articulação intra e intersetorial própria de uma economia capitalista moderna.

A partir daí, emerge uma nova dinâmica cíclica da economia brasileira, distinta da fase da industrialização restringida do período anterior, sujeita aos ciclos de expansão, crise, desaceleração e depressão como ocorre em qualquer economia capitalista que atinge um estado de maturidade technoindustrial. No caso brasileiro, pelo menos até os anos 70, o ciclo econômico tinha um

---

<sup>15</sup> A dinâmica do padrão de acumulação do capital industrial na economia brasileira foram profundamente analisados numa perspectiva teórica – histórica, dentre outros, por Mello (1992) e Tavares (1982;1984).

comportamento singular recorrente - que se manifestava por uma flutuação da taxa real de crescimento do produto em torno de uma tendência histórica ascendente - e as crises, quando seguida de desaceleração da economia, não necessariamente culminavam numa depressão econômica de longo prazo (Tavares, 1986, p.118 – 119). Na verdade, pode – se dizer que a natureza do ciclo da economia brasileira tem algumas características estruturais e dinâmicas distintas das dos países capitalistas desenvolvidos e dos demais países em desenvolvimento.<sup>16</sup>

Desde sua gênese, a estrutura da indústria brasileira apresenta marcantes problemas em termos do forte poder oligopólico da acumulação de capital das grandes empresas, problemas de distribuição assimétrica de renda e da riqueza e problemas de geração e difusão restrita do progresso técnico. Ademais, com o domínio de importantes setores estratégicos da economia pela grande empresa estatal, além da fortíssima presença da empresa multinacional ao lado da empresa nacional, o destacado papel interventor e regulador do Estado Nacional confere a economia brasileira uma dinâmica econômica singular. De fato, com essa estrutura oligopolista e com a forte presença de um Estado interventor, o ciclo econômico da economia brasileira desenvolve uma dinâmica cíclica endógena distinta da dos países de industrialização avançada.

Na fase de expansão, o bloco de investimentos privado e público não só gera demanda efetiva com seu efeito multiplicador sobre a renda ao longo da cadeia produtiva, como amplia e modifica a real composição da capacidade produtiva da indústria com suas implicações mais profundas no efeito acelerador tanto no ciclo de expansão quanto no da desaceleração. Enquanto, na fase de declínio do ciclo, a expressiva participação dos investimentos públicos e das empresas multinacionais conferem a economia brasileira algumas vantagens. De fato, no caso das grandes empresas oligopolistas estas têm amplas vantagens competitivas no mercado doméstico - na medida que podem erguer “barreiras à entrada” aos seus concorrentes efetivos e potenciais - que se apresentam na forma de margens brutas de lucro nas fases depressivas, ainda que não mantenham os lucros brutos e nem a taxa média de lucro do setor oligopolista. Isso não só impede uma deflação brusca na crise, como, pelo contrário, acentua as pressões inflacionárias na fase de auge da expansão.

Com esse padrão tecnoindustrial, a economia brasileira ficou sujeita aos problemas de desajuste dinâmico, entre a estrutura da oferta industrial e a demanda corrente, desde o período da industrialização pesada quando foi implantado uma capacidade produtiva superdimensionada dos setores básicos da indústria pesada (bens de capital, insumos básicos e bens de consumo duráveis) – tanto devido as escalas mínimas das novas plantas industriais instaladas serem superiores as dimensões do mercado doméstico, quanto por causa das múltiplas empresas estrangeiras de distintas

---

<sup>16</sup> A especificidade da dinâmica cíclica de funcionamento de estruturas industriais dos países em desenvolvimento pode ser visto em Tavares (1986, p.63 – 68).

procedências terem concentrado suas atividades num mesmo setor de bens de investimentos – para além da real capacidade produtiva de absorção da demanda corrente do mercado doméstico.

Ademais, esse modelo de desenvolvimento econômico do Brasil configura um padrão de acumulação de capital que acaba reproduzindo um determinado tipo de desequilíbrio dinâmico devido as desproporções intra e intersetoriais. Por outro lado, como observa Tavares (1986, p.125 – 138), os problemas de realização do potencial crescente de acumulação de capital, numa economia oligopolizada como a brasileira, são agravados ainda mais na medida em que os ganhos macroeconômicos devidos da produtividade do trabalho industrial e mesmo agroindustrial não são transferidos proporcionalmente nem aos preços correntes e nem aos salários da classe trabalhadora – tal como ocorreu no padrão fordista de acumulação e distribuição de renda dos EUA – do que resulta no agravamento social da assimétrica distribuição de renda na economia com seus efeitos negativos sobre a demanda global.

Nestas condições brasileiras, do ponto de vista microeconômico, o aumento da relação lucros/salários até pode induzir a uma taxa de acumulação de capital mais elevada através do aumento dos lucros retidos e pela via das aplicações financeiras ou patrimoniais dentro ou fora do próprio setor industrial. Não obstante, numa perspectiva macroeconômica, apesar do aumento do potencial de acumulação, este não se realiza no mercado pois é esterilizado não só devido aos problemas de superacumulação, herdado do período anterior, como ocorreu nas fases do Plano de Metas e IIPND, como porque este potencial de acumulação não se converte num aumento real da taxa dos investimentos da economia como um todo e nem tampouco o Estado e o mercado financeiro doméstico conseguem reorientar essa poupança acumulada para os setores superavitários, pela via fiscal e/ou pela via financeira, para os setores deficitários dentre eles o próprio setor público. Com efeito, dado o tipo de capacidade ociosa existente na economia brasileira, pelas razões históricas já expostas, tem – se, assim, as condições estruturais para a manifestação de uma verdadeira crise por insuficiência de demanda efetiva (Tavares, 1986, p.138 – 143).

Superada a crise, em geral, a fase de recuperação é precedida de uma reforma fiscal e financeira com vistas a estimular os gastos de investimentos públicos e os gastos de consumo de bens duráveis. Recuperado as finanças públicas, o papel anti – cíclico do Estado se realiza através das novas encomendas de bens de capital junto ao setor privado com vistas a atender a demanda dos setores de capital social básico (energia, transporte, portos, aeroportos, saneamento e armazenagem); dos setores estratégicos de base (extrativo mineral, metalúrgico, siderúrgico, química pesada e petroquímico) e também os dos setores tecnológicos avançados ( telecomunicações, aeronáutica, naval, informática e armamentos bélicos da indústria militar).

Criada as condições para neutralizar a insuficiência da demanda efetiva dos setores de bens de produção (bens de capital e bens intermediários) – através da componente autônoma dos gastos

públicos - e dos setores de bens de consumo duráveis - através da uma política de redistribuição de renda com vistas a favorecer o consumo capitalista e da classe média – tem início a retomada do crescimento econômico como pressupõe o esquema de reprodução Kaleckiano.

Com a retomada do crescimento dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de produção, coadjuvados pelos gastos públicos e na indústria de construção civil, tem – se um efeito positivo na recuperação das atividades econômicas dos setores sociais urbanos capazes de produzir simultaneamente uma alta nos níveis da demanda efetiva e na taxa de acumulação real. Iniciada a retomada do crescimento urbano, devido o efeito de impulsão da demanda efetiva derivado do aumento do emprego e da renda dos setores dinâmicos pesados de bens de produção e de bens de consumo duráveis, gera – se um aumento da taxa de expansão do produto e do emprego urbano com seus reflexos positivos sobre o emprego em geral.

Com efeito, o setor produtivo atinge um nível potencial de acumulação de capital maior, dado pelo aumento da relação lucros/salários, que no começo vai paulatinamente se atualizando através da redução da capacidade ociosa dos departamentos produtores de bens de produção e de bens de consumo duráveis e, posteriormente, através do aumento da taxa de investimentos de ampliação dos setores dinâmicos. Uma vez que aumenta a ritmos crescentes as taxas dos gastos de investimentos e de consumo dos capitalistas, bem como de resto dos gastos dos investimentos públicos, tem início uma recuperação dos gastos de consumo dos trabalhadores dos setores urbanos devido mais o efeito da expansão do emprego do que do aumento do salário real de base.

No auge da expansão, a economia começa a manifestar uma aceleração inflacionária que, embora no começo prolongue um pouco a fase expansiva, logo precipita uma fase de desaceleração que pode rumar para uma depressão. A dinâmica desse processo de acumulação inflacionária tende a elevar as taxas de inflação e de endividamento que são requeridas para manter a taxa de crescimento real da economia. Mas, a medida em que ocorre uma tendência de aceleração da taxa da inflação, vão piorando ainda mais as condições de redistribuição de renda em favor dos setores e estratos sociais menos organizados. A luta desses setores e classes sociais, para recuperar a posição relativa perdida dentro da estrutura social, acaba liberando os mecanismos de propagação inflacionária pela via dos constantes reajustes geradores da espiral preços – salários e dos crônicos e crescentes déficits públicos.

Ao lado da aceleração inflacionária, agravam – se também os problemas do balanço de pagamentos na medida em que as desvalorizações cambiais, além de funcionar como mecanismo de propagação interna da alta dos preços dos bens importados, tendem a agravar ou a manter a sobrevalorização da moeda nacional brasileira em termos das estrangeiras. Como resultado, tem – se uma queda das exportações e um aumento das importações que se manifestam num crescimento do déficit na balança comercial para uma mesma taxa de crescimento do produto. Para equilibrar o balanço de pagamento, com vistas a honrar os encargos das dívidas externa e interna, o governo



federal acaba elevando a taxa de juros doméstica. Com isso pioram o grau de endividamento interno e externo das empresas, famílias e governos, como ocorreu nos anos 80.

É neste contexto econômico que pretende – se situar a dinâmica da concentração e desconcentração do desenvolvimento regional no Brasil.

#### 4.2. O Ciclo de Expansão e a Desconcentração Regional nos anos 70

Entre os anos 50 e 60, correspondente a fase da industrialização pesada e do “milagre econômico”, a economia brasileira apresentou uma das suas maiores taxas históricas de crescimento econômico. Neste período, não só o Estado de São Paulo apresentava taxas de crescimento do produto superiores a média nacional, como esse desempenho econômico resultou numa forte concentração do PIB nacional, como se pode vê na tabela 1. Na verdade, dado o elevado grau de integração produtiva e comercial da economia brasileira, São Paulo, enquanto “centro” dinâmico da acumulação produtiva, devido a sua ampla e diversificada base industrial e agrícola, não inibiu o crescimento econômico da “periferia regional”. Pelo contrário, todo o restante da economia brasileira cresceu graças as articulações complementares do “centro” com a “periferia” e desta entre si. De fato, como uma “locomotiva que arrasta consigo os seus vagões”, neste período São Paulo imprimia determinações de crescimento econômico diferenciado às demais regiões do país.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DO PIB REGIONAL: 1949 - 1970

Regiões	Distribuição Regional (%)			Taxa Média de Crescimento (%)	
	1949	1959	1970	1949/59	1959/70
Norte	1, 7	2, 0	2, 2	8, 9	6, 9
Nordeste	13, 9	14, 4	11, 7	7, 5	4, 4
Centro – Oeste	1, 7	2, 4	3, 9	10, 9	10, 5
Sudeste	67, 5	65, 0	65, 5	6, 7	6, 5
Sul	15, 2	16, 2	16, 7	6, 6	5, 5
<b>Brasil</b>	<b>100, 0</b>	<b>100, 0</b>	<b>100, 0</b>	<b>7, 1</b>	<b>6, 5</b>
São Paulo	36, 4	37, 8	39, 4	7, 5	6, 8

Fonte: Pimes (1984); IBGE (1991) e FGV (1993).

A partir dos anos 70, com o IIPND, que pretendia transformar o Brasil numa potência econômica mundial, os investimentos públicos (das empresas estatais e dos governos) jogaram um papel estratégico ao promoverem o crescimento econômico de maneira sustentada, sobretudo entre os anos de 1974 a 1976. Esta sustentabilidade autônoma dos investimentos públicos foi possível devido, de uma lado, a capacidade de auto - financiamento corrente baseada na administração dos preços e tarifas públicas das empresas estatais e, de outro lado, pela capacidade de endividamento das empresas públicas e dos governos em geral no mercado financeiro nacional e internacional. Além disso, deve – se frisar que a centralização dos recursos tributários pela União permitia ao governo central manobrar amplamente as diversas fontes de recursos fiscais e parafiscais para continuar financiando os grandes projetos do IIPND.

No caso brasileiro, em geral, os investimentos públicos, quando estrategicamente bem programados, conseguem assegurar um nível mínimo de crescimento econômico por um período de tempo curto. Porém, se além desse nível mínimo, os investimentos públicos conseguem propagar os seus efeitos multiplicadores ao setor privado, então a economia cresce a taxas sustentáveis por um período de tempo maior. Mas, se não consegue, a economia poderá apresentar sucessivos ciclos de curto prazo em torno de uma tendência de estagnação relativa da economia. Essa situação, por sua vez, poderá agravar mais os problemas de financiamento corrente do governo central, devido as flutuações das receitas fiscais, o que levará ao aparecimento da política econômica de stop and go.

A partir de 1976, o bloco de investimentos dos grandes projetos públicos, anunciado pelo IIPND, para manter o ritmo de crescimento do produto do período do “milagre econômico”, através da substituição de importações de bens de capital e de insumos básicos, tornou –se economicamente inviável mais pela falta de realimentação dinâmica provocada pela desorientada política macroeconômica de desaceleração da economia, que se manifesta através das sucessivas quedas das taxas de investimentos privados e também pelas dificuldades de auto - financiamento e do aumento da dívida externa, do que por razões ligadas as restrições da capacidade de importar.

Não deve ser esquecido que, mesmo no período pós 1976, malgrado o agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente, não cessou a entrada de capitais de risco estrangeiro e nem os créditos dos fornecedores para alguns setores estratégicos de interesses das multinacionais, o que permitiu que o crescimento da economia brasileira se fizesse a taxas positivas, ainda que declinantes, até o final da década de 70. De fato, o Estado Nacional, atuando por cima da lógica do mercado e impondo aos Estados subnacionais as decisões dos investimentos públicos – sobretudo apoiando os setores estratégicos de produção de bens de capital, de insumos básicos e de capital social básico (energia, transporte e telecomunicação) – acabou contribuindo para a formação de uma nova geografia econômica regional.

Acrescente – se ainda que, na década de 70, a consolidação do parque industrial e a industrialização da agricultura brasileira exigiam uma maior articulação interna “centro – periferia” do que resultou um novo mapa geoeconômico em que as regiões periféricas dotadas de recursos naturais estratégicos e de uma razoável infraestrutura econômica passaram a atrair os investimentos dos megaprojetos públicos e privados. Foram esses investimentos aplicados nos setores de bens intermediários e de infraestrutura básica, acrescido dos incentivos fiscais e financeiros regionais repassados às indústrias leves e a agropecuária, que promoveram uma certa desconcentração econômica regional.

Contudo, durante esse período, não só a taxa de crescimento econômico de São Paulo foi relativamente alta, devido em parte ao seu próprio dinamismo interno cujos efeitos eram transmitidos para a periferia regional, como os investimentos na periferia, além de proporcionarem um ritmo maior na taxa de crescimento do PIB regional do que resultou a desconcentração econômica, realimentavam a demanda efetiva das indústrias de São Paulo de forma a beneficiar interativamente o “centro” e a “periferia” regional. De fato, a tabela 2 confirma as altas taxas médias de crescimento do PIB de todas as regiões do país, entre 1970/80, comparativamente ao período anterior. Mais ainda, revela que, apesar do expressivo crescimento de São Paulo, as regiões norte, nordeste e centro – oeste cresceram a taxas superiores a do país, inclusive do sul, sudeste e de São Paulo, o que explica a perda da posição relativa do sudeste e de São Paulo que passou a caracterizar uma certa desconcentração inter-regional.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB POR REGIÃO: 1970 - 1995

Regiões	Distribuição Regional			Taxas de Crescimento		
	1970	1980	1990	1959/70	1970/80	1980/90
Norte	2, 2	3, 2	4, 4	6, 9	14, 3	3, 0
Nordeste	12, 0	12, 2	13, 6	4, 4	9, 1	2, 6
Centro – Oeste	3, 7	5, 1	7, 3	10, 5	12, 2	1, 8
Sudeste	65, 1	62, 2	59, 2	6, 5	8, 1	1, 3
Sul	17, 0	17, 3	15, 5	7, 0	8, 7	1, 4
<b>Brasil</b>	<b>100, 0</b>	<b>100, 0</b>	<b>100, 0</b>	<b>6, 5</b>	<b>8, 6</b>	<b>1, 5</b>
São Paulo	39, 4	37, 5	36, 4	6, 8	8, 2	1, 1
Rio de Janeiro	16, 7	14, 2	10, 9	5, 5	6, 2	(1, 1)

Fonte: Pimes (1984); IBGE (1991) e FGV (1993).

#### 4.3.O Ciclo de Recessão e a Desconcentração Regional dos Anos 80

Os anos 80 são marcados por uma crise econômica – financeira tão grave que ficaram conhecidos com a “década perdida”. De fato, a economia brasileira nesses anos se caracteriza por apresentar uma crônica instabilidade dos preços e um baixo dinamismo econômico com uma taxa média de crescimento do PIB de 1, 5%, entre 1980/90, contra 8, 6% entre 1970/80. Além disso, nota – se uma tendência de continuidade do processo de desconcentração inter – regional em direção a periferia que atinge seu auge e ainda um aprofundamento da desconcentração intra – regional no sentido do interior de São Paulo.

Nesses anos, além de um curto período de recuperação da economia patrocinado pelo Plano Cruzado, as exportações jogaram um papel importante no crescimento de certas economias regionais especializadas. No entanto, a ruptura da complementariedade entre os investimentos públicos e privados, as fortes transferências de recursos para o exterior, as perversas restrições cambiais e os altos juros internacionais acabaram neutralizando as possibilidades dos saldos positivos de divisas do “drive exportador” de serem aproveitados para financiar os novos investimentos produtivos e infraestruturais necessários à retomada do crescimento econômico em outras bases (Carneiro, 1991, cap. 47- 48). Nos anos 80, a frágil dinâmica cíclica da economia brasileira, entrecortada de ciclos curtos recorrentes de expansão e recessão, revela o esgotamento do padrão de crescimento econômico com base na dinâmica da demanda efetiva gerada pelos setores líderes de bens de capital, bens de consumos duráveis e governamentais. O ajustamento macroeconômico e suas conseqüentes restrições cambiais e monetárias traduziam a política econômica dos “policy makers” preocupados com o desequilíbrio externo, como o déficit público e com a inflação.

Na verdade, a política econômica dos EUA, elevando os juros e valorizando o dólar, agravou os problemas da balança de pagamentos e ainda inviabilizou o pagamento dos encargos dos juros e da amortização do montante da dívida externa brasileira. Neste contexto, a política macroeconômica

adotada pelo Estado, frente o agravamento da dívida externa, teve início com a estatização da dívida das grandes empresas privadas e estatais e com a federalização das dívidas dos governos subnacionais. Essa dívida global, ao ser centralizada pelo governo da União, acabou convertendo o governo central no maior comprador de letras de câmbio para fazer face ao pagamento do serviço dos juros da dívida externa. Por outro lado, não encontrando o espaço político - institucional para viabilizar uma profunda reforma fiscal, o governo federal viu – se forçado a emitir títulos da dívida pública internamente para cobrir o seu crescente déficit público.

Essa dupla face da dívida interna e externa da União acaba gestando uma “ciranda financeira” que levaria não só a perda do controle, por parte do governo federal, sobre a aceleração inflacionária, como mergulharia a economia brasileira numa depressão econômica – sobretudo a partir do agravamento da crise fiscal – financeira do Estado e das fortes restrições impostas pelo mercado financeiro internacional – que dura toda a década de 80. É neste contexto macroeconômico, portanto, que vai ocorrer o auge da desconcentração regional. De fato, entre 1980/85, percebe – se ainda uma melhoria na participação percentual do PIB das regiões periféricas do norte, nordeste e centro – oeste no PIB brasileiro, como mostra a tabela 3.

TABELA 3: PERCENTUAL DO PIB REGIONAL NO PIB DO BRASIL (%)

Anos	Norte <sup>1</sup>	Nordeste	Centro – Oeste <sup>2</sup>	Sudeste	Sul	Brasil
1959	2, 0	14, 4	2, 3	64, 7	16, 2	100, 0
1970	2, 2	12, 0	3, 7	65, 1	17, 0	100, 0
1980	3, 2	12, 2	5, 1	62, 2	17, 3	100, 0
1985	4, 1	13, 7	6, 0	58, 8	17, 4	100, 0

Fonte: IPEA e IBGE (1959 a 1980)

<sup>1</sup> Inclui o Estado do Tocantins na região Norte no ano de 1985.

<sup>2</sup> Inclui o Estado do Tocantins na região no Centro – Oeste nos anos de 1959 a 1980.

No entanto, numa perspectiva setorial, esta desconcentração regional ganha contornos diferenciados. De fato, pela tabela 4, verifica –se – se que as regiões norte e centro – oeste, como novas áreas de expansão da “fronteira agropecuária”, tiveram aumentadas expressivamente as suas participações no PIB agropecuário da economia brasileira.

TABELA 4: COMPOSIÇÃO DO PIB SETORIAL DO BRASIL POR REGIÃO: 1959 – 1985

Percentual do PIB Agropecuário Regional no PIB Agropecuário do Brasil (%)						
Anos	Norte <sup>1</sup>	Nordeste	Centro – Oeste <sup>2</sup>	Sudeste	Sul	Brasil
1959	2, 4	27, 9	4, 7	38, 1	26, 9	100, 0
1970	4, 1	20, 9	7, 4	34, 2	33, 4	100, 0
1980	5, 0	19, 5	11, 4	34, 6	29, 5	100, 0
1985	6, 5	20, 6	7, 4	38, 4	27, 1	100, 0
Percentual do PIB Industrial Regional no PIB Industrial do Brasil (%)						
Anos	Norte	Nordeste	Centro – Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1959	1, 2	7, 5	0, 8	78, 2	12, 3	100, 0
1970	1, 1	7, 0	1, 0	79, 0	11, 9	100, 0
1980	3, 0	9, 5	2, 2	69, 1	16, 2	100, 0
1985	4, 0	12, 0	2, 4	65, 9	15, 7	100, 0
Percentual do PIB de Serviços Regional no PIB de Serviços do Brasil (%)						
Anos	Norte	Nordeste	Centro – Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1959	2, 3	12, 7	2, 2	68, 7	14, 1	100, 0
1970	2, 3	12, 2	4, 7	65, 2	15, 6	100, 0
1980	2, 8	12, 4	6, 8	62, 9	15, 1	100, 0
1985	3, 5	13, 6	9, 0	57, 4	16, 5	100, 0

Fonte: FGV e IBGE (1959 a 1985).

<sup>1</sup> Inclui o Estado do Tocantins na região Norte no ano de 1985.

<sup>2</sup> Inclui o Estado do Tocantins na região no Centro – Oeste nos anos de 1959 a 1980.

Da mesma forma, com a redução da participação da região sudeste no PIB industrial brasileiro, todas as regiões da periferia tiveram ganhos com destaque para as regiões norte (indústria eletro – eletrônica da Zona Franca e as indústrias minero - metalúrgica e siderúrgica do Grande Projeto Carajás) e nordeste (indústria de consumo leves e as indústrias químicas e petroquímica). No que tange ao setor serviços, como a redução da participação do PIB do sudeste, todas as regiões da periferia têm suas participações aumentadas em relação ao PIB brasileiro com destaque para a região centro – oeste.

No entanto, a desconcentração econômica de maior êxito foi a da área metropolitana do Estado de São Paulo para o seu Interior, como mostra a tabela 5. Para tal contribuíram os programas de investimentos públicos do IIPND nos setores produtivos da indústria petroquímica, da indústria aeronáutica e da agroindústria energética do Alcool, além dos investimentos privados de expansão e consolidação dos complexos agroindustriais de soja, de suco de laranja, de carne e o sucroalcooleiro. Não menos importante, foram os investimentos em capital social básico do governo estadual, as políticas municipais de atração de investimentos, a existência de uma infraestrutura técnico – científica nos centros urbanos de porte médios e os efeitos negativos gerados pelas deseconomias de aglomeração na grande metrópole paulista[ (Cano, 1988);Negri (1992)].

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1970 - 1995

Regiões	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Nordeste <sup>1</sup>	5, 7	6, 6	7, 5	8, 6	8, 3	8, 0
Norte e Centro – Oeste <sup>2</sup>	2, 1	2, 8	4, 2	5, 1	7, 0	5, 6
Sudeste	80, 2	75, 8	72, 4	69, 7	67, 1	66, 8
Rio de Janeiro	15, 7	13, 6	10, 2	9, 5	9, 8	8, 8
São Paulo	58, 1	55, 9	54, 4	51, 9	49, 2	49, 9
Metrópole	43, 4	38, 8	34, 2	29, 4	26, 2	26, 6
Interior	14, 7	17, 1	20, 2	22, 5	23, 0	23, 3
Sul	12, 0	14, 8	15, 9	16, 7	17, 6	18, 9
Brasil	100, 0	100, 0	100, 0	100, 0	100, 0	100, 0

Fonte: Cano (1996, p.120).

Não obstante, é preciso observar que mesmo a própria desconcentração intra-regional da economia paulista, resultante da “interiorização da sua indústria e agroindústria”, em vez de reduzir a capacidade efetiva de acumulação do Estado de São Paulo, penso que acabou ampliando de forma diversificada a sua base produtiva.<sup>17</sup> De fato, se é verdade que a desconcentração inter-regional beneficiou a periferia em geral, por outro lado, ela não esvaziou o “núcleo” da economia nacional, apenas ampliou de forma diversificada a sua estrutura tecnoprodutiva no território paulista. Numa perspectiva macrosetorial, essa desconcentração regional envolveu, além dos setores agropecuário e agroindustrial, as indústrias de bens intermediários voltadas à exportação e determinadas indústrias de consumo não – duráveis que migraram para o sul, norte e nordeste.

Do mesmo modo como nos anos 70, a agricultura brasileira continuou contribuindo para a desconcentração regional tanto por ter crescido mais que a indústria, quanto por ter favorecido novos investimentos nas áreas de expansão da fronteira agrícola. De fato, apesar da retração do crédito rural subsidiado, a agricultura brasileira, sobretudo a exportadora de commodities, apresentou taxas de crescimento mais elevadas que média do PIB industrial atenuando assim os efeitos da recessão nos anos 80 (Carvalho, 1994). Mais ainda, o desempenho macrosetorial da década de 80, ao contrário da de 70 quando os setores que mais cresceram foram os de bens de capital e de consumo duráveis, foi mais impulsionado pela indústria de insumos básicos e pela agroindústria voltada para a exportação.

<sup>17</sup> Apesar das políticas de incentivos fiscais regionais do governo federal ter tido forte apelo na atração de capitais privados para a periferia do norte e nordeste, é o interior de São Paulo que vai a ter a preferência dos investimentos privados do mercado. De fato, enquanto o Estado de São Paulo perdia posição relativa na concentração do Valor de Transformação da Indústria (VTI) a nível nacional, caindo de 58, 1% (1970) para 49, 2% (1990), devido um menor crescimento da economia da cidade de São Paulo, cuja participação caiu de 43, 4% (1970) para 26, 2% (1990), o seu interior era a região que apresentava o melhor desempenho de forma a aumentar a sua participação relativa no VTI nacional de 14, 7% (1970) para 23, 0% (1990).

De qualquer modo, apesar de uma certa dissociação entre os investimentos públicos e privados nos anos 80, o Estado apoiou o setor exportador como uma série de estímulos fiscais e creditícios que facilitou a inserção competitiva de determinados produtos no mercado internacional, sobretudo daqueles oriundos dos setores criados pelo IIPND. A política de suporte ao *drive* exportador foi essencial para atenuar os efeitos depressivos da crise dos anos 80, embora não fosse capaz de manter um crescimento econômico de longo prazo. No entanto, apesar do ajuste macroeconômico ter provocado uma forte recessão na economia nacional, todas as regiões apresentaram um bom desempenho em termos de exportação de produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados, ainda que com o predomínio das regiões sul – sudeste, sobretudo em manufaturados, enquanto as regiões norte, nordeste e centro – oeste, com maior peso nos insumos básicos e semimanufaturados, como mostra a tabela 6.

TABELA 6: CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES POR REGIÃO:  
1980/81 – 1990/91

Regiões	Crescimento Absoluto em US\$ 1.000.000, 00 (FOB)			Participação (%)	
	Básicos	Manufaturados	Semimanufaturados	1980/81	1990/91
Norte	681, 2	-22, 4	490, 2	2, 8	5, 6
Nordeste	-581, 1	555, 5	458, 8	11, 2	9, 2
Centro – Oeste	424, 0	20, 8	35, 5	4, 6	1, 8
Sudeste	36, 5	4277, 3	1999, 8	56, 9	59, 5
Sul	-519, 8	1685, 3	10, 7	24, 5	23, 9
Brasil	145, 3	6516, 5	2995, 0	100, 0	100, 0

Fonte: Pacheco (1996, p.8)

De qualquer maneira, nota – se ainda a continuidade da desconcentração industrial no país, que se prolonga até 1990, devido sobretudo a baixa taxa de crescimento de São Paulo e da taxa de crescimento negativa do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, isso foi possível porque as regiões norte, nordeste e centro – oeste ainda tiveram, entre 1980/90, um crescimento positivo do PIB regional acima da média brasileira, como demonstra a tabela 2. Esta continuidade dessa desconcentração regional, entretanto, aponta para uma inflexão nos anos 90 devido a melhoria do desempenho das regiões sul e sudeste em detrimento das regiões norte, nordeste e centro – oeste.

De fato, a partir de 1993, com a recuperação da indústria de bens de consumo duráveis, em particular da indústria automobilista e do eletro – eletrônica da “Grande São Paulo”, a metrópole paulista recupera a posição relativa que tinha em 1990. Em termos inter – regionais, de um lado, o desempenho econômico do sul, devido à proximidade com o Mercosul, e do sudeste, principalmente devido a recuperação econômica de São Paulo e Minas Gerais, e, de outro, a retração do desempenho econômico do norte, nordeste centro – oeste acabaram provocando uma inflexão da tendência à desconcentração.



Na verdade, é importante frisar que esse desempenho macroeconômico do produto regional apenas reflete os efeitos da dinâmica cíclica da economia nacional sobre as diferentes estruturas regionais. De fato, a alternância de ciclos curtos de recuperação e retração afeta mais o “centro polarizador”, que concentra os setores dinâmicos de bens de capital e de consumo duráveis e não – duráveis voltados mais para o mercado doméstico, do que a periferia produtora de bens intermediários que tem uma maior participação no mercado externo (Pacheco, 1996, p. 118 – 120).

Em suma, durante os anos 80, o processo de desconcentração regional apresenta várias determinações macrolocacionais das quais destaco: (1) os investimentos pesados do IIPND; (2) a maior abertura comercial para o mercado exterior; (3) as deseconomias de aglomeração das metrópoles que acabou contribuindo para que certas atividades se deslocassem para as cidades de porte médio; e (4) o ajuste das grandes empresas na busca de uma diversificação produtiva na forma de multiplantas e de um certo “mix “ de produtos diferenciados fundados em mão de obra qualificada, terciarização de serviços, controle de qualidade total, reorganização administrativa e melhoria das condições de gerenciamento da produção e venda.

## **5. Globalização e as Perspectivas da Dinâmica Regional dos Anos 90**

A partir dos anos 90, após várias tentativas frustradas de combate a inflação desde do Plano Cruzado ao Plano Collor, o governo FHC conseguiu renegociar as condições de pagamento da dívida externa e estabilizar a economia através do Plano Real, porém as custas da retomada do crescimento econômico do país. O programa de estabilização, sustentado numa política macroeconômica suicida de taxas de juros superaltas e taxa de câmbio supervalorizada, acabou forçando o governo central a captação de capitais de curto prazo de alta volatilidade (Carvalho, 1997) Por sua vez, a abertura comercial, num contexto de uma economia globalizada, acirrou a concorrência de preços dos produtos e serviços estrangeiros com os domésticos cujo resultado vem manifestando no fechamento de várias empresas nacionais.

As dificuldades para aprovar no Congresso as “Reformas Institucionais” (Reforma fiscal, previdenciária, administrativa e patrimonial), bem como a Reforma Político - Partidária, protelam a Reforma do Estado em todos níveis da federação e antecipam os “ajustes fiscais” para impedir os ataques especulativos e assegurar a ajuda financeira do FMI, do Banco Mundial e dos países do G-7. A rápida erosão das reservas cambiais e a política recessiva, baseadas em taxas de juros e câmbio superelevadas, vêm forçando uma nova rodada de negociação política no Congresso para a aprovação das reformas previdenciária e fiscal.

No entanto, num ambiente de renovação de membros do legislativo e executivo nas esferas federal e estadual, como consequência das eleições de 1998, as expectativas dos agentes econômicos de rápida aprovação no Congresso Nacional das propostas de Reforma Constitucional encaminhadas

pelo governo federal, sobretudo a previdenciária e fiscal, se mostram incertas devido sobretudo as dificuldades que a atual bancada governista vem tendo para negociar um pacto político com os seus próprios aliados.

Frente ao impasse político, o governo federal passa, de um lado, a rever a sua política industrial e comercial de cunho neoliberal com claros reflexos sobre os seus parceiros do Mercosul e, de outro, volta a adotar uma política macroeconômica recessiva de juros altos e contenção de gastos públicos, para evitar os ataques especulativos do capital financeiro internacional, enquanto ganha algum tempo para renegociar a aprovação das reformas fiscal e previdenciária no Congresso que lhe garantirão as condições para criar um novo padrão de financiamento do setor público capaz de permitir ao Estado articular a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis.

Neste contexto, importa saber como esta nova dinâmica cíclica, de recorrentes curtos períodos de recessão e recuperação, projeta seus efeitos perversos sobre a estrutura regional. Em 1970, no auge da concentração da indústria no sudeste, a produção industrial do Estado de São Paulo representava 58% da nacional. Em 1985, essa produção cai para 51,9%. A partir deste ano, nota-se uma tendência de inflexão do ritmo da desconcentração regional em face das menores taxas de crescimento da periferia. De fato, o esgotamento dos efeitos dos programas federais dos investimentos pesados do II PND, a menor taxa de crescimento das exportações para o mercado externo e a redução dos investimentos públicos e privados acabaram reduzindo as possibilidades da manutenção do ritmo da desconcentração regional dos anos 80. Entre os anos de 1990 a 1995, percebe-se ainda uma perda da posição relativa da região sudeste, porém menos acentuada que nos anos anteriores, conforme mostra a tabela 7.

TABELA 7: PERCENTUAL DO PIB REGIONAL NO PIB DO BRASIL (%)

Anos	Norte <sup>1</sup>	Nordeste	Centro - Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1985	4,1	13,7	6,0	58,8	17,4	100,0
1990	4,4	13,6	7,3	59,2	15,5	100,0
1995	4,6	13,4	7,1	57,8	17,3	100,0

Fonte: IPEA (1996) e IBGE (1996)

<sup>1</sup> Inclui o Estado do Tocantins na região Norte no ano de 1985 a 1995.

A partir de 1995, a distribuição do PIB regional por setor aponta para uma leve mudança na configuração da desconcentração regional como decorrência das menores taxas de crescimento da periferia. De fato, em 1995, a região sudeste melhora a sua posição relativa no PIB agropecuário do país em relação a 1985, o norte e nordeste apresentam um pequeno incremento e o sul e centro-oeste têm reduzidas suas participações. Do mesmo modo, observa-se alterações na composição setorial do PIB regional, com o sudeste perdendo posição relativa no PIB industrial e ganhando no PIB de serviços, como a mostra a tabela 8. Mais do que uma inflexão da tendência a desconcentração regional, os anos 90 podem estar ocultando um processo de *reconcentração produtiva* de alguns

setores dinâmicos, sobretudo do complexo eletro – eletrônico, na metrópole paulista (Cano, 1996, p.116- 121).

TABELA 8: COMPOSIÇÃO DO PIB SETORIAL DO BRASIL POR REGIÃO: 1985 - 1995

Percentual do PIB Agropecuário Regional no PIB Agropecuário do Brasil (%)						
Anos	Norte <sup>1</sup>	Nordeste	Centro – Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1985	6, 5	20, 6	7, 4	38, 4	27, 1	100, 0
1990	8, 5	20, 7	7, 0	41, 6	22, 2	100, 0
1995	7, 6	22, 0	7, 2	41, 5	21, 7	100, 0
Percentual do PIB Industrial Regional no PIB Industrial do Brasil (%)						
Anos	Norte	Nordeste	Centro – Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1985	4, 0	12, 0	2, 4	65, , 9	15, 7	100, 0
1990	4, 4	12, 4	3, 8	64, 7	14, 7	100, 0
1995	4, 5	11, 5	4, 1	61, 0	18, 9	100, 0
Percentual do PIB de Serviços Regional no PIB de Serviços do Brasil (%)						
Anos	Norte	Nordeste	Centro – Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1985	3, 5	13, 6	9, 0	57, 4	16, 5	100, 0
1990	3, 8	13, 0	9, 8	58, 7	14, 7	100, 0
1995	4, 1	12, 8	8, 7	58, 9	15, 5	100, 0

Fonte: IPEA (1990 – 1995) e FGV e IBGE (1980 - 1985)

<sup>1</sup> Inclui o Estado do Tocantins (1985)

De fato, as modernas formas de organização empresarial dentro do padrão network produtivo, que exigem fortes ações interativas entre fornecedores/produtores/usuários, sobretudo nas atividades intensivas de tecnologia, podem acabar reproduzindo um outro processo de reconcentração regional a partir dos requisitos da competitividade sistêmica fundada nas conexões sinérgicas inter e intra – empresas localizadas na forma de “redes” numa determinada estrutura regional.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR DOS NOVOS INVESTIMENTOS - 1998

Complexo Eletrônico	NO	NE	SP	SE-SP	SU	CO	BR
Mat. Eletrônico e Comunicação	39,1	1,9	49,1	9,8	0	0	100
Informática	1,3	1,1	56,8	40,8	0	0	100

Fonte: IPEA: Visor Ipea (junho/1998).

No entanto, este fato por si só não leva a que se infira daí que a atual indústria brasileira volte obrigatoriamente a reconcentrar – se na região sudeste, em particular na Grande São Paulo. Na verdade, há outras determinações que irão redesenhar a nova geografia econômica regional nos próximos anos. Dentre elas, cita – se:

- A nova rede urbana nacional com o surgimento de cidades de porte médio capazes de atrair novos investimentos produtivos;

- Os efeitos de expulsão das deseconomias de aglomeração e também os impactos ambientais de certas indústrias poluentes localizadas nos grandes centros urbanos que ainda poderão impor limites a qualquer reconcentração regional;
- papel ainda desempenhado pelo capital social básico e pelos incentivos fiscais e financeiros na atração de investimentos privados;
- A atração das regiões de fronteira de recursos, sobretudo o norte e centro – oeste, para as atividades agropecuárias, agroindústria. e extrativa mineral e mesmo para a biotecnologia em face do potencial da diversidade genética da Amazônia;e,
- ajuste microeconômico das grandes empresas num processo de desverticalização produtiva na busca de especializações através de multiplantas e multiprodutos

Com a globalização, a inserção da economia brasileira no sistema de redes globais vai provocar mudanças na estrutura produtiva regional dada a necessidade de construção de novos modelos competitivos condizentes com o padrão internacional e das políticas industriais de defesa das economias regionais com vistas a resguarda-las dos efeitos destrutivos da concorrência da globalização produtiva e comercial. Neste sentido, além de um redirecionamento da política de incentivos fiscais e financeiros regionais, há que se reforçar a presença do Estado para realizar os investimentos necessários nas áreas de infraestrutura econômica e social. É claro que para isso, no lugar das iniciativas locais isoladas, tem – se que articular sinergicamente os interesses setoriais e regionais numa política nacional de desenvolvimento regional que possa inibir a “guerra fiscal” e o poder de barganha da grande empresa global (Pacheco, 1996, p.55 - .57).

## **Conclusão**

Este ensaio procurou analisar a recente dinâmica regional da economia brasileira, sobretudo na perspectiva da Amazônia, que vem se manifestando através do processo de concentração – desconcentração – reconcentração das atividades econômicas no território nacional. Essa dinâmica regional é o resultado da integração produtiva no espaço nacional. Na verdade, nesse processo de integração e conquista do mercado nacional, as empresas de porte regional fortemente concentradas no “centro dinâmico”, depois de conquistarem o seu mercado regional mais próximo, passam a penetrar na “periferia mais distante do centro” – inclusive contando com o apoio do governo central através dos incentivos fiscais - para se transformarem em verdadeiras empresas de porte nacional.

Assim avançaram os grandes grupos econômicos regionais, que logo se transformaram em grandes grupos nacionais, através da interpenetração de interesses patrimoniais, produtivos, comerciais e financeiros. Este processo deve se aprofundar ainda mais nos próximos anos, inclusive devido a intensificação da forte concorrência intercapitalista resultante da globalização econômica. Mas, apesar da empresa capitalista ter realizado a solidariedade de interesses econômicos no plano nacional, não foi capaz de reduzir as desigualdades regionais.

A globalização, sobretudo a partir da maior abertura comercial, vem aprofundando uma regionalização desconcentrada no país através de estratégias competitivas que buscam a especialização regional. Neste particular, a regionalização econômica tem uma dupla face: de um lado, pode – se dizer que é o resultado da própria dinâmica expansionista das grandes empresas; de outro, é uma resposta estratégica do Estado Nacional para, através da política industrial de busca da melhoria da competitividade e de aumento da produtividade econômica, preparar as empresas de portes regional e nacional para se inserirem no mercado mundial e enfrentarem a concorrência da empresa global

No entanto, a atual crise fiscal – financeira da União, dos Estados e Municípios, e o agravamento das dívidas interna e externa, sugerem a impossibilidade da retomada dos investimentos públicos, apesar dos recursos captados pelo governo central através das privatizações. Além disso, a política macroeconômica de altas taxas de juros e câmbio supervalorizado acabam inibindo os investimentos privados. Na perspectiva neoliberal, por outro lado, o discurso oficial da busca da eficiência econômica, pela via do aumento da competitividade da empresa e da melhoria da produtividade do aparelho de Estado, não privilegia a equidade social.

Aqui cabe observar que, mesmo na hipótese de recuperação da capacidade fiscal – financeira do Estado, os problemas da pobreza e da miséria social a nível regional não podem ser resolvidos apenas com políticas regionais de investimento em capital social básico e de indução de investimentos privados através dos incentivos fiscais. Neste sentido, a manutenção de políticas de cunho neoliberais, com abertura comercial ampla e irrestrita, pode não só reverter a desconcentração centro – periferia

alcançada, como prejudicar ainda mais a estrutura produtiva do “núcleo” da acumulação nacional e afetar de forma destrutiva o parque industrial da periferia de menor grau de verticalização.

Ademais, a miséria social regionalizada, inclusive devido os novos rumos da migração interna, só pode ser atacada de frente através da regionalização de programas sociais voltados para a educação, saúde, saneamento e alimentação da população excluída, o que remete a importância das regiões de fronteira Para isso, além da reforma agrária e educacional em todos os níveis, uma real reforma fiscal deverá ser um instrumento de distribuição federativa e pessoal da renda.

## Referência

- Affonso, Rui de Brito Álvares (1995).A Federação Impasses e Perspectivas.In:A Federação em Perspectivas:Ensaio Selecionados.Rui de Brito Álvares Affonso e Pedro Luiz Barros Silva (Org).São Paulo, FUNDAP.
- Araújo, Tania Bacelar de (1995). Planejamento Regional e Relações Intergovernamentais. In:A Federação em Perspectivas:Ensaio Selecionados.Rui de Brito Álvares Affonso e Pedro Luiz Barros Silva (Org).São Paulo, FUNDAP.
- Albuquerque, Roberto Cavalcantide (1978).Desenvolvimento Regional no Brasil. Brasília, IPEA.
- Azzoni, Carlos Roberto (1985).Aspectos da evolução industrial de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com destaque para o caso paulista. in Azzoni, C.R. (Ed).Onde produzir ?Aplicações da Teoria da Localização no Brasil. São Paulo, IPE/USP.
- Azzoni, Carlos Roberto (1986).Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. São Paulo, IPE/USP.
- Carvalho, Maryan Jansen Cutrim (1987).Os Padrões da Ação Planejadora do Estado na Amazônia: 1975 – 1985. Belém, NAEA/UFPA (Dissertação de Mestrado).
- Carvalho, David Ferreira (1994).Industrialização Tardia e Grandes Projetos na Amazônia. In:A Amazônia e a Crise da Modernização.Maria Angela D' incao e Isolda Maciel da Silveira. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Carvalho, David Ferreira et alli (1989).A Política Nacional de Desconcentração da Indústria Regional nos anos 70. In: Análise e Avaliação dos Distritos Industriais na Amazônia. Belém, UFPA/SUDAM (relatório final da pesquisa).
- Carvalho, David Ferreira Carvalho. (1997).Globalização, Estabilização e Finanças Públicas. In:Anais do II Encontro Nacional de Economia Política. v.I.São Paulo, SBEP.
- Carneiro, Ricardo de Medeiros (1991).Crise, Estagnação e Hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de doutorado)
- Cano, Wilson (1981).Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo. T. A. Queiroz.
- Cano, Wilson (1985).Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil:1930-1970. São Paulo, UNICAMP.
- Cano, Wilson (1986).Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. Campinas, Emplasa. (mimeo)
- Cano, Wilson et alli (1988).A interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (1920 –1980).São Paulo, Seade/Unicamp.
- Cano, Wilson (1993).Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional. Campinas, UNICAMP.
- Cano, Wilson (1997).Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970 – 1995. Economia e Sociedade - nº 8. Campinas, IE/UNICAMP.
- Castro, Antônio Barros de (1975).7 Ensaio Sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Forense - Universitária.
- Castro, Antonio Barros de & Souza, Francisco Eduardo Pires de (1985). A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Costa, José Marcelino Monteiro da Costa (1979). *Amazônia: Recursos Naturais, Tecnologia e Desenvolvimento (Contribuição para o Debate)*. In: *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. José Marcelino M. Costa (Ed). Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- Comissão Mista do Congresso Nacional (1993). *O Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro*. Brasília, Congresso Nacional.
- Diniz, Clélio Campolina & Lemos, M.B (1989). *Dinâmica Regional e Suas Perspectivas no Brasil*. In: *PARA a DÉCADA DE 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília, IPEA/IPLAN, v.3.
- Diniz, Clélio Campolina (1993). *Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. *Nova Economia*. Belo Horizonte, .3 (1).set, p. 35 64.
- Diniz, Clélio Campolina (1995). *Dinâmica Regional Recente e Suas Perspectivas*. In: *A Federação em Perspectivas: Ensaio Selecionados*. Rui de Brito Álvares Affonso e Pedro Luiz Barros Silva (Org). São Paulo, FUNDAP.
- Furtado, Celso (1976). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed.Nacional.
- Furtado, Celso (1997). *A Constatação do GTDN e as Exigências da Atualidade*. *Revista Econômica do Nordeste*. V.28, nº 3, out/dez/1997.
- Guimarães Neto, Leonardo (1986). *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado).
- Guimarães Neto, Leonardo (1995). *Dimensões, Limites e Implicações da Desconcentração Espacial*. In: *A Federação Em Perspectiva: Ensaio Selecionados*. Rui Brito Álvares Affonso e Pedro Luiz Barros Silva (Org). São Paulo, Fundap
- Guimarães Neto, Leonardo (1996). *Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil*. Anais do XXIV Encontro Nacional da ANPEC. Rio de Janeiro, ANPEC.
- Guimarães Neto, Leonardo (1996). *A Experiência Brasileira de Planejamento Regional da Perspectiva do Nordeste*. In: *A Política Regional na Era da Globalização*. Série Debates Nº 12. Brasília, Konrad – Adenauer Stiftung/IPEA.
- GTDN (1967). *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, V.28, nº 4, out/dez.1997.
- Hirschman, Albert O (1958). *The strategic of economic development*. New Haven, Connecticut, Yale University Press.
- Holland, Stuart (1976). *Capital Versus Regions*. London, Macmillan.
- Mendes, Armando et alli (1974). *A Invenção da Amazônia: Contribuição à Formulação de uma Estratégia para Desenvolvimento Regional*. Belém, UFPA.
- Krugman, Paul R (1997). *Vendendo Prosperidade: Sensatez e Insensatez Econômica na Era do Conformismo*. Rio de Janeiro, Campus.
- Mello, João Manuel Cardoso (1982). *O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, brasiliense.
- Myrdal, G (1958). *Economic theory and underdeveloped regions*. Bombay, Vora.
- Negri, Barjas (1992). *A Desconcentração da Indústria Paulista nos Últimos Vinte Anos (1970 - 1990)*. In: *Anais do XX Encontro Nacional da ANPEC*. Campos do Jordão, ANPEC.
- Oliveira, Francisco de (1977). *Elegia para uma re (li)gião*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.



- Pacheco, Carlos Américo (1993). *A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões*. Rio de Janeiro, IPEA. (mimeo).
- Pacheco, Carlos Américo (1996). *Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Regional*. *Economia e Sociedade* – nº 6. Campinas, IE/UNICAMP.
- Prebisch, Raúl (1968). *Dinâmica do Desenvolvimento Latino – Americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- PIMES (1984). *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. Recife, SUDENE. 4 vol.
- Rodrigues, Octavio (1981). *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro, Forense.
- Richardson, H.W (1980). *Polarization reversal in developing countries*. *Papers of the Regional Science Association*. Vol. 45.
- Redwood III, J (1985). *Reversión de Polarización, ciudades secundárias y eficiência en el desarrollo nacional: uma visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo*. s/ed. (mimeo)
- Santos, Roberto (1980). *História Econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- Sunkel, O & Paz, P (1974). *O Subdesenvolvimento Latino – Americano e a Teoria do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Forum/Hachette.
- Tavares, Maria da Conceição (1976). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Tavares, Maria da Conceição Tavares (1978). *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, UFRJ. (mimeo).
- Tavares, Maria da Conceição (1986). *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, UNICAMP.

